



## DEPENDÊNCIA ONTOLÓGICA NA FISIOLOGIA DA ANGÚSTIA \*

*Ontological Dependence in the Physiology of Angst*

Róbson Ramos dos Reis \*\*

**Resumo:** No presente artigo, examino a relação entre ser e ente a partir da noção de dependência ontológica, adotando o marco teórico do pluralismo ontológico hermenêutico. A partir da distinção entre dependência ontológica existencial e essencial, sustento que os entes mantêm dependência essencial com as determinações prescritas por seus modos de ser e dependência existencial com os seus elementos componentes. Com base na distinção entre constituição e composição, analiso a relação de dependência ontológica no caso específico do condicionamento fisiológico da angústia. Segundo Heidegger, a angústia pode ser desencadeada por processos fisiológicos, mas esse fato também é condicionado por uma determinação essencial do *Dasein*. O artigo propõe que a análise das relações de composição, constituição e dependência ontológica na analítica existencial de *Ser e Tempo* revela uma arquitetura complexa e multidimensional. Concluo sugerindo novas linhas de investigação sobre dependências intermodais e a articulação entre fenomenologia e ciências afetivas.

**Palavras-chave:** Heidegger. Dependência ontológica. Constituição. Composição. Angústia.

**Abstract:** In this paper, I examine the relationship between being and entity through the lens of ontological dependence, operating within the theoretical framework of hermeneutic ontological pluralism. Drawing on the distinction

\* Artigo recebido em 03.02.2026 e aprovado para publicação em 25.02.2026.

\*\* Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994); professor titular no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria. Este trabalho recebeu o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (Processo nº 304109/2021-5). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5380-1192> E-mail: [robson.reis@ufsm.br](mailto:robson.reis@ufsm.br)

between existential and essential dependence, I argue that entities depend essentially on the determinations prescribed by their modes of being, while depending existentially on their component elements, which may have a different mode of being. By distinguishing between constitution and composition, I analyse ontological dependence in the specific case of the physiological conditioning of *Angst*. As Heidegger notes, while *Angst* is often triggered by physiological processes, this fact is ultimately conditioned by an essential determination of *Dasein*. I propose that analysing the relations of composition, constitution, and ontological dependence in the existential analytic of *Being and Time* reveals a complex, multidimensional architecture. The article concludes by suggesting new avenues of investigation into intermodal dependencies and the intersection of phenomenology and the affective sciences.

Keywords: Heidegger. Ontological dependence. Constitution. Composition. Angst.

## ***Introdução***

**E**m uma passagem conhecida de *Ser e Tempo*, lê-se que “fenômeno”, em sentido propriamente fenomenológico, designa aquilo que usualmente não se mostra, que está oculto, mas pertence essencialmente ao que se mostra (os entes), perfazendo o seu sentido e fundamento (HEIDEGGER, 1986, p. 35). Essa noção de fenômeno implica que a fenomenologia filosófica é uma investigação sobre o âmbito do sentido e fundamento dos entes. Dado que sentido e fundamento são condicionantes dos entes, a fenomenologia constitui uma investigação sobre relações de dependência.

Sabe-se que a diferença e a relação entre ser e ente configuram um dos centros de atenção na obra de Heidegger como um todo. Essa relação de dependência, contudo, não é simples. De um lado, ser é sempre ser de entes, o que exclui um entendimento da dimensão ontológica como um âmbito dissociado dos entes. De outro, os entes são dependentes de ser, que é seu fundamento e sentido. A interpretação da questão do ser oferece dois entendimentos básicos sobre o estatuto da relação de dependência. De acordo com a interpretação metafísica, “ser” designa o conjunto de condições de determinação dos entes. A interpretação epistemicamente orientada, por sua vez, sustenta que “ser” designa o conjunto de condições de inteligibilidade dos entes, a base que permite compreendê-los em relação ao que são, tornando-os inteligíveis e epistemicamente transparentes (CASATI, 2022, p. 7-17). Ambas as interpretações sustentam, não obstante, que “ser” designa as condições das quais os entes são dependentes.

Outra relação de condicionamento é indicada na afirmação de que ser somente se “dá” se há verdade em sentido originário, a qual, por sua vez, depende do ser-aí (HEIDEGGER, 1986, p. 230). Portanto, há uma relação de dependência vigorando entre ser, verdade e o ser-aí dotado

de compreensão de ser. A compreensão de ser depende, além disso, da existência fáctica do ser-aí, que, por sua vez, demanda a existência fáctica da natureza. Essa relação de dependência inaugura o projeto da Metontologia (HEIDEGGER, 1978, p. 199).

A relação de dependência entre ser e ente revela maior complexidade ao se considerar o pluralismo ontológico hermenêutico intrínseco ao projeto da ontologia fundamental (REIS, 2022). Em linhas gerais, o pluralismo ontológico é a alegação de que há diversos modos de ser irreduzíveis, que não são especificações de um modo geral.<sup>1</sup> Heidegger refere-se, por exemplo, aos modos de ser dos utensílios (*Zuhandenheit*), dos entes subsistentes (*Vorhandenheit*), de animais e plantas (*Leben*), dos seres humanos (*Existenz*) e dos objetos e das relações matemáticas (*Bestand*). Em termos normativos, modos de ser consistem em normas constitutivas irreduzíveis que estabelecem diferentes maneiras de individuação, existência, patentização e determinação de entes (CROWELL, 2007, p. 2). É consistente inferir, portanto, que as relações de dependência entre entes e modos de ser não são unívocas no pluralismo ontológico.

Nesse contexto, formula-se o seguinte problema: um ente numericamente idêntico pode ter diferentes modos de ser? Esse é um cenário complexo, pois não se trata apenas de que um mesmo ente seja *compreendido* segundo distintos modos de ser, mas de que ele *possua* diferentes modos de determinação, existência, desvelamento e individuação. Caso as distintas maneiras de determinação sejam incompatíveis, tal cenário implicaria ou uma forma de dialeteísmo (algumas contradições são verdadeiras no mundo atual) ou a negação da identidade numérica do ente dotado de mais de um modo de ser. De acordo com esta última alternativa, nenhum ente dotado de um modo de ser é numericamente idêntico a um ente dotado de outro modo de ser.<sup>2</sup>

No presente artigo, examino o tema da relação entre ser e ente a partir da noção de dependência ontológica. Mais especificamente, a partir da distinção entre dependência ontológica existencial e dependência ontológica essencial, sustento que os entes estão em relações de dependência essencial com seus respectivos modos de ser.<sup>3</sup> Além disso, emprego a distinção entre composição e constituição (CERBONE, 1999) para abordar o problema de se entes com diferentes modos de ser podem ser numericamente idênti-

---

<sup>1</sup> Sobre pluralismo ontológico na ontologia fundamental, ver McDaniel (2009, 2010, 2013, 2016), McManus (2013), Reis (2017, 2021), Tepley (2014) e Vial (2025).

<sup>2</sup> Essa é a concepção dos dois domínios sustentada por McDaniel (2013, p. 333), segundo a qual um ente disponível (*Zuhandenes*) nunca é numericamente idêntico a um ente subsistente (*Vorhandenes*).

<sup>3</sup> Nessa abordagem, “existência” tem o significado usual, geralmente analisado em termos de quantificação existencial. Usarei o termo existência<sup>T</sup> para me referir ao significado usual de “existência”, reservando existência<sup>H</sup> para expressar a noção elaborada por Heidegger.

cos. A introdução dessa distinção resulta em um cenário ontológico em que um ente numericamente idêntico pode estar *composto* por elementos dotados de um modo de ser, apesar de ser *constituído* por determinações de outro modo de ser.

Discurso sobre essa interpretação da relação de dependência entre ser e ente a partir do exame de um caso específico, referido explicitamente por Heidegger (1978, p. 401; 1986, p. 190). Trata-se do problema do condicionamento fisiológico da angústia. Este caso exemplifica que eventos acontecendo em um ente dotado de um modo de ser são condicionados por processos, ocorrendo no mesmo ente, dotados de outro modo de ser.

Um resultado da elucidação proposta é a interdição do dialeteísmo, pois nenhum ente *constituído* por um modo de ser é numericamente idêntico a um ente *constituído* por outro modo de ser. Tal resultado é consistente, contudo, com a conclusão adicional de que um mesmo ente pode estar *constituído* por determinações de um modo de ser e estar *composto* por elementos dotados de outro modo de ser. Esse ente mantém uma dependência essencial em relação às suas determinações, ao passo que está em uma relação de dependência existencial<sup>T</sup> com os seus elementos componentes.

Tendo isso em vista, inicio a seção a seguir apresentando uma reconstrução formal da variedade de relações de dependência ontológica declaradas na analítica existencial de *Ser e Tempo*. Em seguida, na segunda seção deste artigo, destaco a qualificação, com base na distinção entre composição e constituição, da análise das relações de dependência ontológica em termos de dependência ontológica essencial. Já na terceira quarta e quinta seções, analiso as afirmações feitas por Heidegger sobre o fato do condicionamento fisiológico da angústia, ressaltando os problemas ontológicos, e não apenas empíricos, suscitados por tal condicionamento. Posteriormente, na sexta seção, examino esse condicionamento como exemplo da unidade dos modos de ser da vida e da existência em um ente composto organicamente, mas constituído existencialmente. Para concluir, são indicadas três direções de continuidade da investigação sobre dependências intermodais e a articulação entre fenomenologia e ciências afetivas.

## **1. Arquitetura da dependência em *Ser e Tempo***

Ao longo da analítica existencial, é frequente o uso de locuções que indiquem relações de dependência. Expressões como “somente é possível, porque”, “apenas porque” e “não seria possível, se” são frequentemente empregadas, ocorrendo em contextos de exame de importantes relações de condicionamento. Uma relevante qualificação de tais relações é registrada com o uso das expressões “funda-se em”, “baseia-se em” e “deriva-se de”.

Não é artificial supor que os condicionamentos introduzidos com estas expressões são entendidos como relações de fundação e derivação.

Jeff Malpas (2008) analisou com precisão as características formais das relações de dependência declaradas em *Ser e Tempo*. Ele diferenciou dois tipos de dependência. O primeiro refere-se àquelas relações designadas como sendo de derivação. É a dependência assimétrica ou hierárquica. Esse tipo de dependência é multidimensional, dado que a relação de condicionamento se especifica em função do estatuto formal dos *relata* vinculados: a dependência entre a individuação de entes e estruturas ontológicas, entre fatos ou eventos de entes e estruturas ontológicas, entre comportamentos intencionais, entre estruturas ontológicas etc. A dependência assimétrica pode ser identificada, por exemplo, entre os comportamentos temático-epistêmicos e os ocupacionais, entre o enunciado predicativo-apofântico e a interpretação, entre a verdade enunciativa e a verdade originária.

O segundo tipo abrange aquelas relações de dependência nas quais se pode constatar condicionamentos de fundação e embasamento que não implicam modificação ou derivação. É a dependência simétrica ou mútua, na qual não há hierarquia entre os *relata*. Trata-se de um tipo especial de dependência ínsita em unidades dotadas de uma multiplicidade complexa. Pode-se dizer que a dependência simétrica é unidimensional, pois o condicionamento mútuo vigora apenas entre estruturas. Nesse caso, está em questão a unidade de estruturas que são igualmente primitivas e irreduzíveis. A dependência mútua exibe a característica da cooriginariedade ou equiprimordialidade dos elementos relacionados. Ela pode ser identificada, por exemplo, entre os momentos da condição de ser-no-mundo (mundo, ser-em e ser-com), entre as estruturas do ser-em (disposição, compreensão e fala) e entre as categorias fundamentais do ser-aí (existencialidade, facticidade e decaída).

A análise de Malpas (2008) torna saliente a construção arquitetônica das relações de condicionamento exibidas na analítica existencial. Pode-se dizer que nela há uma arquitetura de relações de dependência que expõe uma rede complexa e multidimensional de condicionamentos. Nessa rede há relações mútuas de condicionamento entre estruturas cooriginárias, as quais, por sua vez, estão ligadas por relações de dependência hierárquica com outras unidades de estruturas cooriginárias.

A elucidação mais detalhada da arquitetura da dependência na analítica existencial dispõe de um potente recurso analítico fornecido pelo recente exame das relações de dependência ontológica e fundação (*grounding*).<sup>4</sup> A noção de dependência ontológica designa um tipo de dependência que

---

<sup>4</sup> Ver Correia (2008), Correia e Schnieder (2012), Koslicki (2012) e Tahko (2015).

é diferente da dependência causal e da dependência lógica. Sendo mais exato, considera-se que a noção de dependência ontológica abrange uma variedade de relações de dependência (KOSLICKI, 2012, p. 189-190). A noção é expressa com um predicado relacional e multicategorial, posto que os seus *relata* podem ser de diferentes categorias: entes, eventos, fatos, comportamentos, estruturas e unidades de estruturas.

A análise distingue pelo menos dois conceitos de dependência ontológica: existencial e essencial. A dependência existencial rígida consiste em que a existência de um elemento depende da existência de outro elemento específico. A dependência existencial genérica reside em que a existência de um elemento depende de que pelo menos outro elemento seja dotado de algum predicado. Portanto, a dependência existencial genérica não é específica em relação a um objeto particular, pois significa que a existência de um ente *x* implica a existência de algum ente com certa determinação. Uma vez que certas classes de entes existem de maneira temporalmente indexada, as relações de dependência existencial podem ser temporalmente qualificadas. Assim, a dependência existencial permanente significa que um ente somente pode existir em dado momento se outro ente existe neste mesmo momento. Quando um ente não pode existir em certo momento a não ser que outro ente tenha existido em um momento anterior, tem-se um caso de dependência existencial passada.

Por sua vez, a dependência essencial expressa o entendimento de que a constituição de um elemento (sua identidade) é dependente da identidade de outro elemento. A intuição capturada com essa noção é de que a constituição de um elemento – o que ele é – está fixada por aquilo que outro elemento é. Pode-se falar nesse caso de uma dependência essencial constitutiva, pois a relação implica que um ente *x* é ontologicamente dependente de outro ente *y* somente quando *y* é constituinte na essência de *x*.

Com base nesse recurso analítico, é possível examinar quais tipos de dependência ontológica estão presentes nos condicionamentos elucidados na analítica existencial. De início, a diferença entre dependência hierárquica e dependência simétrica pode implicar uma distribuição distinta de relações de dependência ontológica essencial. O condicionamento mútuo e simétrico, por exemplo, parece excluir uma dependência existencial entre as estruturas de uma unidade complexa, tendo em vista que elas são concebidas como cooriginárias. A dependência hierárquica, que implica derivação, admite relações de dependência ontológica existencial e essencial.<sup>5</sup>

O resultado da aplicação desse modelo de análise evidencia que a arquitetura da dependência apresentada na analítica existencial é extremamente

---

<sup>5</sup> Para uma análise de importantes relações de dependência em *Ser e Tempo*, ver Reis (2023, p. 200-255).

complexa. Ela integra articuladamente dependências hierárquicas e assimétricas, bem como dependências mútuas e simétricas. Tais condicionamentos, além disso, vigoram entre elementos de diferentes categorias, como entes, comportamentos intencionais, estruturas existenciais e determinações ônticas e ontológicas de modos de ser. Ademais, nas malhas ramificadas das relações de dependência, podem ser identificadas dependências ontológicas existenciais e essenciais, que estão distribuídas de maneiras diversas. Na próxima seção, analiso com mais detalhe as relações de dependência ontológica com base nas noções de composição e constituição.

## **2. Composição e constituição na dependência ontológica**

A dependência de entes em relação a ser admite ser caracterizada por três propriedades estruturais (BLISS; PRIEST, 2017, p. 64-65; CASATI, 2022, p. 160-161): a antirreflexividade, que significa que nada depende de si mesmo; a antissimetria, que indica que dois elementos não são mutuamente dependentes; e a não extensibilidade, que preconiza que um elemento não depende de nenhum outro elemento mais. A relação de dependência entre ser e ente instancia tais propriedades, na medida em que: 1) entes não dependem de si mesmos, 2) entes dependem de ser, mas ser não depende de entes e 3) ser não depende de nenhum outro elemento mais. A não extensibilidade de ser admite uma qualificação, dado que na ontologia fundamental ser depende da compreensão de ser, que é própria dos seres humanos *qua* ser-aí.

Essa caracterização revela o fundacionalismo forte implicado na ontologia fundamental (CASATI, 2022, p. 160). Na acepção específica em que o termo é usado na análise de relações de dependência, “fundacionalismo” designa a admissão de elementos fundacionais, ou seja, elementos que não estão em relação de dependência com mais nenhum outro elemento. Posto que entes dependem de ser e que ser não depende de entes nem de nenhum outro elemento, a dimensão ontológica perfaz o *único* elemento fundacionalista admitido na ontologia fundamental.

A diferença entre dependência ontológica essencial e dependência ontológica existencial é útil nesse contexto. A dependência de entes em relação a ser não é existencial, dado que a dimensão ontológica não é responsável pela existência<sup>T</sup> efetiva de entes. A dependência é essencial, pois a relação entre ser e entes é de constituição. Dito de outra maneira, a palavra “ser” designa as normas constituintes que estabelecem as condições de constituição de entes. Formalmente, tais condições abrangem cláusulas de determinação, de existência<sup>T</sup> e de descobrimento dos entes. Logo, ser não é responsável

pelo existir efetivo de algum ente, mas é a condição de constituição dos entes. Assim, a relação de dependência ontológica entre ser e ente não é existencial, mas essencial.

Considerando a admissão de diferentes modos de ser irreduzíveis, a dependência essencial entre ser e entes não é unívoca. Os modos de ser não são redutíveis a modos mais primitivos, não havendo, portanto, relações de dependência essencial entre modos de ser. Uma vez que o tipo de generalidade do conceito “modo de ser” não é acidental (FORD, 2011; MARTIN, 2015), os modos de ser particulares não perfazem especificações de um modo de ser geral. Assim sendo, os modos de ser particulares não estão em relação de dependência com um modo de ser geral. Em resumo, no pluralismo ontológico não há simplificação das relações de dependência essencial, existindo uma equivocidade de relações de constituição.

A partir desse arranjo teórico, surge o problema da possível convergência de mais de um modo de ser em um mesmo ente. Tendo em vista que a dependência de entes em relação a modos de ser é do tipo essencial, essa convergência, caso seja admissível, não corresponde a uma múltipla relação de constituição. Dito de outra maneira, um mesmo ente é essencialmente dependente de apenas um modo de ser. Preservando a identidade e a consistência, diferentes relações de dependência ontológica essencial implicam diferentes relações de constituição de entes que não são numericamente idênticos. Contudo, surge uma dificuldade quando se considera um ente cuja constituição obedece a um modo de ser, mas aquilo de que é composto pertence a outro modo de ser (por exemplo, uma colher feita de cobre). Nessa situação, em um mesmo ente, convergem dois modos de ser: a *Zuhandenheit* da colher e a *Vorhandenheit* da porção de cobre. Parece ser pouco plausível admitir que entes numericamente distintos possam ser identificados nas mesmas coordenadas espaciotemporais.

Diante disso, uma solução aponta para a consideração mais detalhada do que significa a convergência de mais de um modo de ser em um mesmo ente. Heidegger usa o termo “ligado” (*gebunden*) para referir-se à situação em que, nos modos disruptivos de ocupação com utensílios, a *Vorhandenheit* ainda está ligada à *Zuhandenheit* do utensílio. O mesmo vocábulo expressa a relação de ligação entre as propriedades subsistentes e as aptidões funcionais de um utensílio (HEIDEGGER, 1986, p. 74 e 83). A minha sugestão, seguindo a formulação de Cerbone (1999), é de que relação de composição oferece uma orientação para explicar a situação em que dois modos de ser estão ligados e, por assim dizer, convergem em um mesmo ente (REIS, 2021).

Composição refere-se à relação de *ser parte de*. A caracterização de tais partes resulta nos elementos que são integrantes de um ente. A composição de um ente pode ser apresentada, portanto, pela enumeração de seus fatos

composicionais, a soma e fusão mereológica de suas partes composicionais. Não é artificial supor que a composição de um ente integra as condições de sua existência<sup>T</sup>. Assim, um ente está em uma relação de dependência existencial permanente com seus fatos composicionais, já que a sua existência<sup>T</sup> depende em certa medida dos elementos de que é composto. Dado que os fatos composicionais de um ente estão em relação de dependência essencial com um modo de ser, é possível sem contradição que um mesmo ente seja constituído por certo modo de ser e, ao mesmo tempo, que seus elementos composicionais sejam constituídos por outro modo de ser.

A partir disso, a convergência de mais de um modo de ser em um mesmo ente numericamente idêntico explica-se com base na distinção entre composição e constituição. Esquematicamente, isso significa que um ente *x* está constituído por determinações estipuladas por um modo de ser<sup>1</sup> e pode estar composto por elementos cujas determinações são estipuladas por outro modo de ser<sup>2</sup>. Esse ente depende essencialmente do modo de ser<sup>1</sup> e depende existencialmente de suas partes composicionais, que, por sua vez, possuem um modo de ser<sup>2</sup>. A convergência de dois modos de ser é a simultânea presença, em um mesmo ente, de uma relação de dependência essencial (a constituição) com um modo de ser e de uma relação de dependência existencial (composição) com elementos de outro modo de ser. Elucida-se, assim, como pode ocorrer a convergência de mais de um modo de ser em um ente numericamente idêntico, preservando, contudo, a univocidade de sua dependência essencial em relação a apenas um modo de ser.

Dois problemas resultam dessa aproximação do pluralismo ontológico com a análise das relações de dependência ontológica qualificada pela distinção entre composição e constituição. O pluralismo ontológico advoga que a constituição deve ser distinguida da composição. Isso significa que fica excluída a possibilidade de haver um modo de ser no qual a constituição é suficientemente determinada pela composição? Seria admissível uma alternativa mais fraca, a saber, que os fatos composicionais, mesmo sendo distintos, contribuam para a constituição ontológica de um ente?

É manifesto que esses problemas são condicionados por um entendimento da relação de dependência entre composição e constituição. Nesse sentido, um pluralismo ontológico demandante exigiria uma primazia da constituição em relação à composição, ou seja, que a formação de totalidades unificadas por partes composicionais também seria determinada pelo modo de ser constituinte. Consequentemente, a relação de composição não seria unívoca, mas ela mesma relativa a modos de ser. Dessa forma, os elementos que compõem um ente, mesmo sendo dotados de um modo de ser, estariam codeterminados pelo modo de ser responsável pela constituição de tal ente. Se este for o caso, então os elementos componentes seriam fenômenos intermediários (REIS, 2018). Mais complexidade é agregada

a esse modelo quando se considera que o pluralismo dos modos de ser implica a equivocidade do significado de existência<sup>T</sup>. De que maneira os elementos componentes, cuja existência<sup>T</sup> é específica a seu modo de ser, condicionam o modo próprio de existência<sup>T</sup> de um ente cuja constituição é normatizada por outro modo de ser?

Tais problemas não são simples e não serão examinados aqui. Não obstante, é plausível sustentar que a equivocidade de composição e de existência<sup>T</sup> não apaga a diferença entre composição e constituição, que é requerida para explicar a convergência de mais de um modo de ser em um mesmo ente. Para desenvolver essa explicação, considero a seguir um caso especial. Trata-se de uma situação em que acontece não apenas a ligação entre modos de ser diferentes em um mesmo ente, mas também um tipo peculiar de dependência intermodal.

### 3. *Fisiologia da angústia*

Na preleção de verão de 1925, após esclarecer que o ameaçador na angústia não é nada determinado ocorrendo no mundo, mas é o próprio mundo em sua mundaneidade, Heidegger escreve um parágrafo surpreendente:

Para esse fenômeno peculiar, totalmente originário, como para todos os fenômenos desse tipo, há enganos característicos, angústias enganosas (*Angsttäuschungen*), que são suscetíveis de serem desencadeadas, por exemplo, de maneira puramente fisiológica. Mas essa capacidade fisiológica de desencadeamento (*diese physiologische Auslösbarkeit*) subsiste apenas porque esse ente, que é corporalmente (*leiblich*) determinado, pode se angustiar em geral devido ao seu ser, e não porque algum acontecer fisiológico pudesse produzir algo assim como a angústia. Por isso falamos de desencadeamento (*Auslösung*) de uma angústia sempre possível e em certa medida latente (HEIDEGGER, 1988, p. 401).

Há pelo menos três pontos para comentar aqui. O primeiro é que a angústia é vista como situada em uma dimensão normativa, pois a ela correspondem variações que são enganos específicos. Enganos ou ilusões da angústia (*Angsttäuschungen*) não são enganos induzidos pela angústia, mas enganos em relação à angústia. Assim como, por exemplo, *Wahrnehmungstäuschung* designa engano ou ilusão perceptual, *Angsttäuschungen* significa enganos afetivos peculiares à angústia. Por sua dimensão normativa, conclui-se que a angústia possui condições de acurácia, ou seja, condições que discriminam quando ocorre de fato uma genuína angústia, e não uma aparente, enganosa ou ilusória.

Em diversas ocasiões, Heidegger abordou o fenômeno do engano (*Täuschung*), discriminando condições formais para o seu surgimento. É impor-

tante ressaltar aqui a estrutura formal do engano: quando algo passa por algo que não é, ou seja, quando algo é tomado por algo distinto do que efetivamente é (HEIDEGGER, 1975, p. 88; 1976, pp. 183-185, 211-212; 1978, p. 344; 1986, p. 169). Enganos característicos da angústia são, portanto, angústias aparentes, ilusórias e enganosas. Diferentemente do engano perceptual, que diz respeito ao objeto intencional de uma percepção genuína (como ver uma pessoa na floresta que, após correção perceptiva, revela-se um arbusto), a angústia aparente não é genuinamente angústia.

Heidegger refere-se a “enganos” da angústia, no plural. Salvo melhor juízo, esse tema não foi objeto de uma elucidação explícita. Pode-se sugerir, de modo especulativo, duas instâncias de angústias enganosas. A primeira instância consiste em algo que é tomado por angústia, mas é outro fenômeno afetivo, tal como o medo. Trata-se de uma angústia aparente, porque não tem como correlato formal a inospitalidade (*Unheimlichkeit*) da facticidade de estar jogado no ser-no-mundo. Não há propriamente um encontrar-se na inospitalidade, mas o estar referido a algo que exhibe as qualidades do objeto formal do medo: ser algo determinado, ameaçador e danoso, que está se aproximando e se situa na significatividade do mundo. Portanto, algo tomado por angústia é, de fato, medo (ou outro fenômeno similar, como a ansiedade, por exemplo).

Uma segunda instância seria uma angústia aparente, mas que não é o medo ou algum fenômeno similar. Nesse caso, não haveria a referência a um exemplo de objeto formal do medo nem tampouco o encontrar-se na inospitalidade do estar jogado no ser-no-mundo como tal. Eventualmente, seriam experimentadas apenas as qualidades fenomenais da angústia, a exemplo de uma ameaça sem objeto determinado nas cercanias, que oprime e corta a respiração, mas não gera a confusão que faz “perder a cabeça” (HEIDEGGER, 1986, p. 186, 141). Mesmo o sentir-se estranho (*unheimlich*) não é suficiente para inferir que há um caso não enganoso de angústia. A ausência de luz na escuridão e a solidão da ausência de outras pessoas são situações em que alguém pode se sentir estranho (HEIDEGGER, 1978, p. 400; 1986, p. 189; 2004, p. 42), ainda que esteja em um ambiente familiar. Contudo, dado que o mundo ainda está aí (talvez de maneira até mesmo mais insistente), haveria estranhamento, mas não angústia genuína. O que se tornou estranho foi um mundo circundante específico e determinado, mas não o ser-no-mundo como tal.

O segundo ponto a comentar diz respeito às condições da capacidade de desencadeamento fisiológico da angústia. As angústias enganosas podem ser disparadas de modo puramente fisiológico. Note-se que Heidegger (1988, p. 401) não nega a possibilidade de um disparo desse tipo da angústia genuína. Entretanto, tal desencadeamento não poderia ser puramente fisiológico, mas deveria ser híbrido, associado a condições adicionais que não são dessa natureza. O uso da locução “subsiste ape-

nas porque” indica uma relação de dependência entre a capacidade de desencadeamento fisiológico e certas condições. Já a expressão “devido ao seu ser” (*aufgrund seines Seins*) sugere que tais condições não são causais, mas ontológicas. Portanto, a dependência que está sendo indicada é uma dependência ontológica.

A capacidade de desencadeamento fisiológico da angústia depende de duas condições ontológicas. A primeira é que o ente no qual a angústia é fisiologicamente disparada seja corporalmente determinado. O uso de “*leiblich*”, e não de “*körperlich*” (HEIDEGGER, 1988, p. 401), sugere que se trata do corpo vivo: para haver processos fisiológicos em um ente, é necessário que ele seja um corpo orgânico. Logo, o simples fato de haver formas enganosas da angústia já é suficiente para concluir que o ser humano *qua* ser-aí é determinado como um organismo corporal vivo. Todavia, a determinação declarada em “é corporalmente determinado” é geral, podendo implicar composição ou constituição. Seja como for, para que em um ente subsista a capacidade de disparo fisiológico da angústia, é preciso que esse ente seja um corpo orgânico vivo.

A segunda condição é existencial e introduz importantes dificuldades. O disparo fisiológico da angústia requer um modo de ser ao qual seja intrínseca a possibilidade da angústia. Tal condição é dada com o modo de ser da existência. Isso gera a surpreendente concepção de que a capacidade de disparo fisiológico da angústia depende de uma condição orgânica e de uma condição não orgânica, ou seja, não biológica, mas existencial. Além de ser corporalmente determinado, o ente no qual a fisiologia dispara a angústia deve poder se angustiar *em geral* (*überhaupt*).

O qualificativo “em geral” significa que a possibilidade de se angustiar não é extrínseca, tendo sido introduzida por fatores não próprios ao modo de ser da existência, como orgânicos e biológicos. Não são os processos fisiológicos que introduzem na existência a possibilidade da angústia: ela é intrínseca e essencial. Encontrar-se em afinações que abrem o ser-no-mundo como um todo é uma estrutura – uma “categoria” existencial necessária e não contingente. Assim, para que exista em um ente a capacidade de desencadeamento fisiológico da angústia, esse ente deve estar constituído de tal modo que a possibilidade de se angustiar, de encontrar-se afinado com a inospitalidade do ser-no-mundo, seja uma determinação estrutural necessária. Caso um ente não tenha essa constituição ontológica, mas seja corporalmente determinado, ainda é possível um disparo puramente fisiológico de algo que, embora se pareça com angústia, constitui, de fato, uma angústia enganosa.

O terceiro ponto a comentar na passagem citada concerne ao resultado do processo fisiológico de desencadeamento da angústia. O termo usado é “desencadeamento” (*Auslösung*), que também pode significar disparo e

liberação.<sup>6</sup> O acontecer fisiológico não resulta na produção da angústia. Se assim fosse, haveria uma condição em que a angústia estaria ausente e só passaria a existir ao final do processo fisiológico. O desencadeamento fisiológico não é um processo iniciado em uma condição não angustiada e finalizado com a chegada à existência<sup>T</sup> da angústia. Ao contrário, o resultado do processo fisiológico é uma liberação, um desencadeamento. Dessa maneira, a contribuição da fisiologia não consiste na produção, mas na liberação da angústia.

Infer-se que a angústia já estava presente antes mesmo do acontecer fisiológico. Sobre esse ponto, há duas qualificações feitas por Heidegger. A mais fraca é a de que se trata de uma angústia sempre possível, implicando que o acontecer fisiológico resulta em uma alteração modal, saindo do possível e chegando ao efetivo. Contudo, não é evidente como a atualização de uma angústia potencial não seria idêntica a uma produção. A segunda qualificação refere-se a uma angústia em certa medida latente. Nesse caso, o processo fisiológico diz respeito à transformação de uma condição latente em uma angústia patente, manifesta e saliente.

Ainda que promova muitas interrogações, essa qualificação do processo fisiológico da angústia é consistente com a análise fenomenológica geral das afinações (*Stimmungen*), que Heidegger apresentou em *Ser e Tempo* e em outros escritos. De acordo com essa análise, os seres humanos sempre estão afinados, não havendo uma situação existencial desprovida de *Stimmungen*. O que ocorre é uma dinâmica de trânsito entre afinações, de mudanças nas sintonias, mas não uma condição de ausência de *Stimmung*. O que sim pode ocorrer é a latência das afinações. Esta situação não admite, além disso, ser concebida a partir dos conceitos de consciência e inconsciência. Portanto, a angústia latente não é inconsciente nem o processo do seu disparo fisiológico resulta em que ela se torne consciente. Heidegger caracterizou essa condição por meio do par conceitual dormir/acordar: a angústia está adormecida, e a fisiologia pode contribuir para o seu despertar (HEIDEGGER, 1983, p. 89-94).<sup>7</sup>

O acontecer fisiológico é capaz de desencadear, mas não de produzir, uma angústia já sempre presente de maneira latente. Essa elaboração resulta em um quadro em que o ser-humano, que possui o modo de ser capaz de se angustiar, está sempre na afinação latente da angústia.

---

<sup>6</sup> O verbo *auslösen* também é empregado para designar o processo em que, a partir de algum estado fisiológico, um grito seria desencadeado em um animal (HEIDEGGER, 1983, p. 444). Por analogia com a angústia, as palavras na linguagem humana não seriam constituídas apenas com base em processos fisiológicos.

<sup>7</sup> O fenômeno do sono, contudo, precisaria ser ontologicamente esclarecido para compreender o uso não metafórico dos termos “adormecer”/“acordar” em relação à angústia. Sobre o sono na analítica existencial, ver Anton (2006).

Isso parece implicar que a inospitalidade seria uma condição ontológica primitiva da existência, e não apenas um sentimento de estranhamento (WITHY, 2015). A angústia é básica, pois consiste na afinação com a inospitalidade primitiva do ser-no-mundo. Essa situação suscita várias indagações. Efetivamente, em *Ser e Tempo* há um parágrafo no qual Heidegger se refere ao *problema ontológico* posto com o fato do desencadeamento fisiológico da angústia.

#### **4. A condição existencial na fisiologia da angústia**

Após identificar a correlação entre angústia e inospitalidade da condição de estar jogado no ser-no-mundo, Heidegger refere-se ao medo como sendo angústia inautêntica, decaída no “mundo” e oculta para si mesma. A seguir, ele acrescenta:

Facticamente, no mais das vezes a afinação da inospitalidade (*Stimmung der Unheimlichkeit*) também fica existencialmente não compreendida. Além disso, com o predomínio da decaída e da publicidade a angústia “autêntica” é rara. Frequentemente a angústia é “fisiologicamente” condicionada. Esse factum é, em sua facticidade, um problema *ontológico* e não apenas quanto à sua causação ôntica e à forma de seu processo. O desencadeamento fisiológico da angústia somente é possível porque o ser-aí se angustia no fundo do seu ser (HEIDEGGER, 1986, p. 190).

Há quatro pontos a serem comentados sobre esse excerto.<sup>8</sup> O primeiro concerne à constituição normativa da angústia. Não há uma referência às formas enganosas da angústia, mas às suas variações autêntica e inautêntica. É plausível que a angústia inautêntica seja de fato angústia, e não um caso de angústia enganosa. Note-se que o medo é interpretado como angústia inautêntica, não se tratando, portanto, daquela instância de angústia enganosa em que o medo é tomado por angústia. Além disso, a angústia autêntica é descrita como pouco frequente. Aqui surge uma aparente inconsistência, pois, no parágrafo anterior ao citado, declara-se que a angústia já sempre determina de modo latente o ser-no-mundo. Como pode ser rara e já sempre determinar o ser-no-mundo? Contudo, o uso do termo *eigentlich* entre aspas, ao sugerir uma distinção, afasta a inconsistência. A angústia “autêntica” pode ser uma variação da angústia autêntica, na qual as modificações não a tornam inautêntica (nem enganosa). Tais modificações podem ser em relação à condição latente da angústia ou em relação à sua incompreensibilidade existencial. As aspas registrariam modificações de patência e compreensibilidade. Rara seria,

---

<sup>8</sup> Essa declaração surpreendente não recebeu muita atenção na literatura, à exceção da Franck (1991).

portanto, a angústia autêntica compreendida existencialmente e patente, isto é, saliente em suas qualidades fenomênicas e hedônicas.

O segundo ponto é que, dada a ausência de referência à classe das angústias enganosas, o condicionamento fisiológico da angústia é atribuído às variantes autêntica e inautêntica. Ou seja, a angústia genuína, e não apenas as enganosas, é condicionada fisiologicamente. Tal condicionamento não é raro, mas frequente. Portanto, há condicionamento fisiológico da angústia, mesmo que não sempre. O termo “fisiologicamente” é usado entre aspas, o que sugere uma variação interna ao âmbito do fisiológico, mas sem deixar de ser um efetivo condicionamento fisiológico. De modo especulativo, pode-se sugerir que o uso de aspas indica um problema ontológico, ou seja, que a fisiologia de um ente cujo modo de ser é a existência seria codeterminada. De outro lado, as aspas podem indicar que os condicionamentos fisiológicos não poderiam ser assumidos como derivados de conhecimentos não questionáveis produzidos na Fisiologia. Heidegger (1978, p. 15) referiu-se explicitamente à aproximação da Fisiologia à explicação da vida mental ou espiritual, com o surgimento da Psicologia Fisiológica. Contudo, ele também usou aspas ao ressaltar que o importante fisiólogo Johannes Müller havia elucidado a estimulação e a excitabilidade, que seriam características distintivas da “substância vivente” (HEIDEGGER, 1983, p. 373). Se há uma ontologia da substância nos fundamentos da Fisiologia, os conhecimentos dos condicionamentos fisiológicos não seriam apenas científicos, mas poderiam estar apoiados em uma inadequada ontologia dos entes vivos. O uso de aspas significaria, portanto, uma advertência de que o fisiológico pode estar sendo apresentado por conhecimentos fundados em transgressões categoriais.

O terceiro ponto a destacar diz respeito a uma mudança na identificação do que é condicionado fisiologicamente. No curso de verão de 1925, a fisiologia é caracterizada como determinante da capacidade de desencadear a angústia latente. A possibilidade de desencadeamento (*Auslösbarkeit*) é fisiologicamente introduzida na angústia. Em *Ser e Tempo*, afirma-se que a fisiologia promove a efetiva liberação (*Auslösung*) da angústia. É uma importante reformulação, pois o condicionamento fisiológico não introduz a capacidade de liberação, mas a efetivação do desencadeamento da angústia. A dependência é mais forte, pois implica que processos fisiológicos não são responsáveis apenas por conceder a propriedade disposicional de liberação para uma angústia latente desprovida dessa capacidade. Não fosse assim, processos fisiológicos apenas formariam a propriedade disposicional de liberação, porém o efetivo desencadeamento da angústia deveria ser explicado a partir de fatores não fisiológicos. Ao contrário, a fisiologia determina a efetiva liberação que torna a angústia conspícua.

Por fim, a relação de dependência ontológica está claramente enunciada com a expressão “somente é possível, porque”. O efetivo disparo da

angústia tem como condição a constituição ontológica do ser-aí. Note-se que não se trata de uma dependência causal. O fato de o ser-aí se angustiar no fundo do seu ser não é uma etapa causal situada no início do acontecer fisiológico que se encerra com o desencadeamento da angústia. Trata-se de uma dependência ontológica: o disparo fisiológico da angústia depende de que, na constituição ontológica do ente que se angustia, esteja a estrutura do encontrar-se em afinações que abrem o ser-no-mundo como um todo.

Heidegger usa a expressão “no fundo do seu ser” (*im Grunde seines Seins*), e não “devido, com base no seu ser” (*aufgrund seines Seins*). É um detalhe importante, pois introduz uma qualificação adicional na condição ontológica. “No fundo do seu ser” sugere que a constituição ontológica tem uma dimensão de profundidade, de tal modo que as determinações ontológicas estão acolhidas nessa dimensão segundo uma ordem de distribuição. No caso em questão, encontrar-se em afinações (*Stimmungen*) é pervasivo e necessário no modo de ser da existência. Não há, dessa maneira, uma situação existencial desprovida de afinação. Contudo, pelo menos uma afinação em particular é básica. A angústia é uma maneira básica e fundamental de encontrar-se (*Grundbefindlichkeit*) – ver Heidegger (1986, p. 182, 184, 188-190, 251, 266, 276). Isso não implica que ela não se modifique. De fato, mesmo sendo pervasiva de modo latente, ela pode se modificar para a angústia inautêntica (o medo) e, raramente, para a forma patente e conspícua (frequentemente com a atuação de processos fisiológicos).

O fato de, no fundo do ser da existência humana, acontecer a angústia implica compromissos com concepções ontológicas não triviais. A angústia é a afinação da inospitalidade (*Unheimlichkeit*), a condição de não estar “em casa” no ser-no-mundo como tal. Como já mencionado, a inospitalidade não consiste apenas no afeto de sentir-se estranho e desterrado, mas em uma determinação ontológica primitiva da existência<sup>H</sup>. A existência<sup>H</sup> é intrinsecamente inóspita, desterrada e acósmica (JONAS, 1993). Isso não implica que o morar no mundo seja necessariamente uma degeneração inautêntica. Dado que encontrar-se não é contingente, acontece uma afinação com a constituição acósmica: o angustiar-se. Segundo Heidegger, portanto, não há uma afinação mais básica do que a angústia, ainda que outras melodias possam ser igualmente básicas.<sup>9</sup>

Em resumo, a tese do condicionamento fisiológico da angústia configura uma concepção complexa. Nela se admite que processos fisiológicos são responsáveis por desencadear a angústia, ou seja, por tornar conspícua uma angústia latente. Para chegar a tal liberação, não bastam processos

---

<sup>9</sup> Sobre as afinações como melodias da existência, ver Heidegger (1983, p. 101).

fisiológicos, pois se requer uma constituição ontológica determinada do ente que se angustia: encontrar-se afinado com sua inospitalidade e seu desterro intrínseco. Entretanto, os comentários que apresentei fomentam uma recepção inapropriada. Eles sugerem que a dependência ontológica do condicionamento fisiológico da angústia seria uma concepção plenamente compreensível, fenomenologicamente justificada e desprovida de dificuldades ou possíveis indagações. Ao contrário, Heidegger sustenta que nela reside um problema ontológico. De fato, tal problema não é nada simples.

## **5. O *factum* do condicionamento fisiológico da angústia**

O frequente condicionamento fisiológico da angústia é um *factum*, afirma Heidegger, conforme mencionado na seção anterior: “Frequentemente a angústia é ‘fisiologicamente’ condicionada. Esse *factum* é, em sua facticidade, um problema *ontológico* e não apenas quanto à sua causação ôntica e à forma de seu processo” (HEIDEGGER, 1986, p. 190). Nessa passagem, há uma ambiguidade, já que *factum* pode ser: a) que ocorra esse condicionamento ou b) que ele seja frequente. A alternativa a) é mais fraca e está suposta em b). Não apenas ocorre o condicionamento fisiológico da angústia, mas isso é um *factum*.

O termo *factum* é usado pelo menos 26 vezes em diversos contextos temáticos de *Ser e Tempo*. A análise sistemática desses usos permitiria identificar as conotações do termo. Ainda que não possa fazer tal análise aqui, quatro aspectos do emprego desse vocábulo merecem atenção. O primeiro concerne à existência de diversos elementos que são qualificados como um *factum*: a compreensão de ser, o tempo operar como critério de regionalização ontológica, o passar por alto o fenômeno do mundo, o estar jogado no aí, o círculo da compreensão, a consciência etc. (HEIDEGGER, 1986, p. 5, 18, 66, 148, 152, 296). O segundo ponto é que ser um *factum* admite qualificações: ser um *factum* existenciário, jogado ou ôntico (HEIDEGGER, 1986, p. 190, 328, 382). Já o terceiro diz respeito a Heidegger ter vinculado *factum* com necessidade: o que é um *factum* não apenas acontece, mas isso é dotado de necessidade. Por exemplo, em relação ao conceito tradicional de verdade, o que é último no nexo de fundação ontológica vale onticamente como o primeiro e imediato. Esse *factum* possui necessidade. Do mesmo modo, uma concepção ôntica sobre a existência autêntica estar na base da interpretação ontológica da existência é um *factum* dotado de necessidade positiva (HEIDEGGER, 1986, p. 225, 296). Ser um *factum*, portanto, não é apenas ser o caso; é, também, ter necessidade. Por certo, não se trata de necessidade lógica, mas da necessidade implicada em re-

lações de dependência ontológica e, eventualmente, de uma necessidade existencial (REIS, 2023).

O quarto quesito a ressaltar é particularmente importante. Algo ser um *factum* não implica que deva ser simplesmente constatado, aceito como um pressuposto ou até mesmo valer como um dado evidente em relação ao qual não cabe mais nenhuma indagação. Assim, o estatuto do signo como utensílio privilegiado nas ocupações, por exemplo, é um *factum* cuja simples constatação é insuficiente, demandando, em vez disso, uma elucidação ontológica de seu sentido e fundamento (HEIDEGGER, 1986, p. 79). Ser um *factum*, portanto, não dispensa investigações e problematizações ulteriores – ao contrário, é o que abre e fomenta problemas. Ser um *factum* significa ser problema.

A propósito dessa conotação pouco usual do termo *factum*, faz-se relevante uma digressão histórica. Uma conhecida objeção dirigida ao criticismo sustenta que haveria um déficit de radicalidade na base do programa neokantiano, pois nele o problema epistemológico partiria do *factum* da ciência. Já foi mostrado que essa objeção não se sustenta, pois alguns neokantianos sustentavam que ser um *factum* é precisamente ser um problema, ser algo cujo fundamento precisa ser investigado (BRELAGE, 1953, p. 82). Paul Natorp (1918, p. 430) registrou explicitamente isso ao escrever que ser um *factum* só pode significar ser um problema, acrescentando que é um engano pretender que *factum* signifique algo mais do que o correlato da origem (*Ursprung*). Embora eu não saiba se Heidegger tinha conhecimento desse significado de “*factum*” no criticismo neokantiano, este é precisamente o significado ressaltado ao dizer que o *factum* do condicionamento fisiológico da angústia é, em sua facticidade, um problema ontológico.

Por ser um *factum*, tal condicionamento significa ser um problema. De fato, o condicionamento fisiológico da angústia promove problemas de diferentes tipos. Há problemas empíricos referentes à dependência causal do desencadeamento fisiológico da angústia, bem como problemas sobre a forma do transcurso (*Vorlaufsform*) de tal condicionamento, o que também pode ser formulado em termos das regras do processo cujas etapas finalizam na liberação de uma angústia latente. Note-se que a complexidade desse processo não resulta apenas da diversidade de elementos e dinâmicas que compõem os processos fisiológicos. Dado que o desfecho desse transcurso é a modificação da qualidade fenomênica da angústia autêntica – da forma latente para a patente –, o processo integra elementos fisiológicos e uma modificação experiencial.

Como já mencionado, Heidegger interditou o uso dos conceitos de consciência e inconsciência para elucidar a modificação na latência das afinações. Portanto, o processo em questão não é visto sob o aspecto da integração de processos subpessoais com uma condição pessoal e consciente. A con-

dição latente foi relacionada com o fenômeno do sono, que também não implica simplesmente uma falta de consciência. A partir de um tratado de Aristóteles, Heidegger sugere que o sono consiste tanto em uma sujeição (*Gebundenheit*) da percepção quanto em uma subjugação do próprio ente por si mesmo. O adormecido não é capaz de acolher qualquer outro ente diferente de si, pois está subjugado a si mesmo (HEIDEGGER, 1983, p. 92-94). Com tal indicação, o desencadear fisiológico da angústia consistiria em um transcurso que finaliza no despertar de uma angústia adormecida, ou seja, na saída de uma condição de subjugação. Naturalmente, elucidar a forma desse transcurso consiste precisamente em explicar a conexão regrada que vincula processos fisiológicos e a interrupção da subjugação própria da angústia adormecida. Essa elucidação deveria evidenciar como a condição primitiva da inospitalidade do ser-no-mundo encontra uma afinação que é subjugada e adormece, mas que pode ser despertada por processos fisiológicos.

A ênfase de Heidegger, no entanto, recai sobre o *factum* do condicionamento fisiológico da angústia ser um problema ontológico. Caso seja tomada como uma indicação de resposta, a alegação de que o desencadeamento fisiológico somente é possível porque o ser-aí se angustia no fundo do seu ser sugere a formulação do problema: como um ente deve estar constituído em seu ser para que processos fisiológicos desencadeiem a angústia? Mostrarei a seguir que há mais de um problema ontológico implicado no *factum* da fisiologia da angústia.

## **6. Composição, constituição e dependência ontológica na fisiologia da angústia**

O meu comentário sobre as breves afirmações de Heidegger sobre a relação entre fisiologia e angústia destacou um duplo condicionamento. Para ter a angústia fisiologicamente desencadeada, um ente precisa necessariamente: a) estar corporalmente determinado e b) angustiar-se no fundo de seu ser, ou seja, estar existencialmente determinado. A primeira condição é especificada ao considerar que se trata de um corpo vivo em que acontecem processos fisiológicos. Sendo processos, há dinâmicas e movimentos orgânicos no ente corporalmente determinado. A segunda condição é especificada ao considerar os diversos resultados da analítica existencial. Dito esquematicamente, para angustiar-se no fundo do seu ser, um ente deve ter as seguintes determinações: ser um projeto jogado em possibilidades, ter uma inospitalidade (*Unheimlichkeit*) no ser-no-mundo enquanto tal, já encontrar-se na afinação com essa inospitalidade, ser suscetível ao movimento da latência à patência da angústia e ser o movimento histórico possibilitado pela angústia.

Dessa consideração resulta um problema ontológico adicional. De que modo essas duas condições estão relacionadas? Como a corporeidade orgânica está relacionada como a existência<sup>H</sup>? Mais especificamente, qual relação entre o movimento orgânico e movimento histórico? Além disso, como se forma a unidade dos elementos implicados nas duas condições do disparo fisiológico da angústia?

Tendo em vista que tais problemas se situam no marco teórico do pluralismo ontológico, neles estão implicados problemas ontológicos adicionais. Em uma ontologia pluralista, os modos de ser não são diferentes regiões ontológicas de um único modo de ser mais geral. Está excluída, portanto, a elucidação da unidade das regiões ontológicas com base na explicação de gênese da existência histórica a partir da vida orgânica. De maneira análoga, também é excluído o modelo de unificação por estratificação de modos de ser. O modelo da torta, em que modos de ser mais básicos se sobrepõem com a adição de determinações específicas, é excluído em um pluralismo de modos de ser irreduzíveis. Um problema ontológico implicado no disparo fisiológico da angústia diz respeito, assim, à elucidação da unidade de modos de ser irreduzíveis, que não seria formada pela modificação aditiva da vida em existência.

Contudo, há outro problema ontológico implicado nesse cenário. Modos de ser são sempre de entes, e a dupla condição da fisiologia da angústia revela a presença, em um mesmo ente, de determinações próprias de dois modos de ser. Disso resultam duas consequências: o dialeteísmo, dado que um mesmo ente possuiria determinações ontológicas incompatíveis (porque são próprias de modos de ser irreduzíveis), e a tese dos dois domínios, posto que o ente que se angustia não seria numericamente idêntico ao ente que tem processos fisiológicos. A minha sugestão para evitar esse dilema – supondo que essas alternativas sejam sentidas como filosoficamente desconfortáveis – consiste em qualificar a relação entre modos de ser irreduzíveis com base nos conceitos de composição e constituição.

Com a aplicação dessa distinção, entende-se que um ente possui determinações constitutivas de sua individuação ontológica e determinações próprias dos seus elementos componentes. O caso da fisiologia da angústia indica um ente que está constituído por determinações do modo de ser da existência<sup>H</sup>, mas que está composto por elementos cujas determinações são do modo de ser da vida. Dissolve-se a inconsistência, pois esse ente não está constituído por determinações existenciais e orgânicas, e, ao mesmo tempo, não é obrigatório recusar a identidade numérica desse ente. Trata-se de um mesmo indivíduo que está composto por elementos dotados do modo de ser da vida e está constituído pelas determinações do modo de ser da existência<sup>H</sup>.

Os conceitos de dependência ontológica essencial e dependência ontológica existencial também são relevantes para avançar na análise de constituição

e composição. O fato de um ente ser constituído por determinações de um modo de ser implica que ele está em relação de dependência ontológica essencial com aquelas determinações: a sua individuação ontológica depende essencialmente das determinações prescritas pelo seu modo de ser constituinte. Assim sendo, se um ente *h* está constituído por *W*, *V* e *Z*, então *h* depende essencialmente de *W*, *V* e *Z*. A relação de composição – um ente *h* estar composto por elementos *K*, *L* e *M* – pode ser entendida em termos mereológicos (a maneira como *h* perfaz uma totalidade composta de partes) ou segundo a noção de dependência ontológica existencial. Conforme esta última via de análise, um ente *h* estar composto por *K*, *L* e *M* implica que *h* está em relação de dependência existencial com *K*, *L* e *M*. Logo, *h* não tem existência<sup>T</sup> sem *K*, *L* e *M*.

Considerando a hipótese de que o ente *h* esteja constituído pelo modo de ser da existência<sup>H</sup>, então *h* é essencialmente dependente das determinações implicadas nesse modo de ser. Ao mesmo tempo, *h* está composto por elementos dotados do modo de ser da vida orgânica, sendo existencialmente dependente dos fatores orgânicos. Dessa forma, o ente no qual acontece o desencadeamento fisiológico da angústia depende essencialmente das determinações implicadas no modo de ser da existência<sup>H</sup> (por exemplo, angustiar-se no fundo do seu ser). Além disso, esse mesmo ente está em relação de dependência existencial com elementos dotados do modo de ser da vida (por exemplo, processos fisiológicos, integridades de células, tecidos, órgãos e sistemas de órgãos e funções orgânicas).

Não pretendo que essas considerações sejam explicativamente suficientes. Ao contrário, o emprego das noções de composição e constituição, assim como de dependência ontológica existencial e essencial, torna evidentes alguns difíceis problemas ontológicos implicados no *factum* do condicionamento fisiológico da angústia autêntica. Ademais, um pluralismo ontológico consequente implica uma conclusão que exhibe novos problemas ontológicos. Com a admissão de modos de ser irreduzíveis segue-se que também a noção de existência<sup>T</sup> não é unívoca. Os significados de “existir”, portanto, são relativos aos diferentes modos de ser. O domínio de referência de existência<sup>T</sup> inclui o existir segundo o modo de ser da consistência (*Bestand*, objetos e relações matemáticas), da subsistência (*Vorhandenheit*), da disponibilidade (*Zuhandenheit*), da vida (*Leben*) e da existência<sup>H</sup> (*Existenz*). A mesma conclusão vale para a relação mereológica, ou seja, partes, totalidades e formação de totalidades não são conceitos unívocos, mas são relativos aos diferentes modos de ser.

Assim, a formulação mais específica reza que o condicionamento fisiológico da angústia acontece em um ente que está em dependência essencial com as suas determinações existenciais<sup>H</sup>. Além disso, tal condicionamento ocorre, pois esse ente está composto por elementos orgânicos, ou seja, ele está em relação de dependência ontológica existencial com elementos orgânicos,

os quais existem em conformidade com o significado de “existir”, que é próprio do modo de ser da vida. Abre-se, portanto, um conjunto de problemas referentes à elucidação da formação de totalidades nos diferentes modos de ser, bem como sobre as condições de satisfação de atribuição de existência<sup>T</sup> no pluralismo ontológico.

Não deve ficar sem registro um problema formal igualmente sugerido com a admissão de modos de ser irredutíveis, mas que podem eventualmente estar em relação em um mesmo ente. Qual é a relação vigente entre composição e constituição? De um lado, a composição não é determinante da constituição, de forma que um ente pode estar composto por certos elementos, sem que essa composição seja responsável pela sua constituição. De outro lado, a constituição pode ser determinante da composição, ou seja, as determinações constitutivas podem se estender para os elementos componentes? Nesse caso, é concebível que os elementos composicionais poderiam estar codeterminadas. No caso da vida orgânica de um ente constituído pelo modo de ser da existência, os elementos orgânicos também receberiam uma determinação existencial. Os elementos componentes e a forma de sua unidade composicional seriam fenômenos intermediários. Se a composição é condicionada pela constituição, a condição corporal da fisiologia da angústia é uma norma constituinte pouco usual: o desencadeamento da angústia acontece em um corpo orgânico e existencial. Quando demarcado pelo pluralismo ontológico, no *factum* do disparo fisiológico da angústia, abre-se um nexo intrincado de problemas ontológicos. Ademais, o caso da fisiologia da angústia é paradigmático, pois manifesta de maneira inequívoca a complexa arquitetura da dependência que vigora na analítica existencial de *Ser e Tempo*, no projeto da ontologia fundamental e na metontologia.

## **Considerações finais**

Iniciei este artigo com uma observação sobre os diversos tipos de relação de dependência que estão direta e indiretamente indicadas em *Ser e Tempo*. Empregando os pares conceituais composição/constituição e dependência ontológica existencial/dependência ontológica essencial, abordei, com o exame de um caso particular, a relação de dependência entre ser e ente. A partir de um comentário acerca de duas passagens em que Heidegger explicitamente afirma haver um condicionamento fisiológico do desencadeamento da angústia, procedi a uma análise das relações de dependência implicadas nesse condicionamento. Procurei mostrar que é consistente conceber um ente numericamente idêntico esteja composto por elementos dotados do modo de ser da vida orgânica e, ao mesmo tempo, esteja constituído por determinações próprias ao modo de ser da

existência<sup>H</sup>. Ressaltei, além disso, que a composição orgânica não implica o compromisso com um tratamento redutivo entre modos de ser. Também sustentei que a dependência ontológica nesse caso é essencial e existencial. Isso significa que um indivíduo humano depende essencialmente do modo de ser da existência<sup>H</sup>, apresentando dependência ontológica existencial<sup>T</sup> de elementos orgânicos e biológicos. Dito de outro modo, a sua individuação é dada pelas estruturas existenciais, porém a sua existência<sup>T</sup> depende da presença e integridade de sistemas, funções e processos orgânicos (como os fisiológicos).

Concluo o presente artigo formulando três direções para futuras investigações. A primeira delas diz respeito ao fato de, na analítica existencial e na ontologia fundamental, o tecido de relações de dependência ser complexo. Nele podem ser identificadas relações de dependência que vinculam estruturas e determinações de um mesmo modo de ser. Contudo, também são apontadas dependências intermodais que precisariam ser analisadas em detalhe. Seria pertinente, por exemplo, uma descrição de dependências não apenas entre vida e existência, mas também em relação aos demais modos de ser. Um problema metateórico implicado nessa descrição é a avaliação da generalidade explicativa dos conceitos de composição/constituição e dependência ontológica existencial/dependência ontológica essencial.

Já a segunda linha de investigação deriva do comentário de Heidegger sobre o *factum* de o disparo fisiológico da angústia não fomentar apenas problemas empíricos (sobre causação e forma do processo), mas representar um problema ontológico. Convém ressaltar que Heidegger não apresentou as evidências de que dispunha para declarar o condicionamento fisiológico frequente da angústia. A despeito disso, a partir da *revolução afetiva* nas ciências sociais, comportamentais e da vida, é um fato que o campo multidisciplinar das ciências afetivas não se restringe à pesquisa de relações causais e à forma dos processos implicadas nos fenômenos afetivos (SCHERER, 2009, p. 17). Apesar de a neurociência afetiva estudar a base e os correlatos neurais de emoções e outros tipos afetivos (DAVIDSON, 2009, p. 16), as ciências afetivas visam todos os aspectos dos afetos e das emoções. Não obstante, mesmo recentemente ainda permanece a avaliação de que a relação entre a fenomenologia, a neurobiologia e neuroquímica dos fenômenos afetivos é controversa. Em alguns casos, sustenta-se que haveria um *gap* entre neurofisiologia e fenomenologia (GERRANS; SCHERER, 2014, p. 226). Também se avalia que é preciso responder à questão sobre como reconciliar a abordagem fenomenológica com o pertinente aporte neurobiológico dos fenômenos emocionais e afetivos (RATCLIFFE, 2010, p. 138).

Assim como uma fenomenologia que ignore os resultados oriundos das ciências afetivas – especialmente os da neurobiologia – parece ser pouco fenomenológica, o contrário também é defensável. Ciências afetivas que

ignorem os resultados da fenomenologia dos fenômenos afetivos parecem expostas a compromissos metafísicos não justificados. De um lado, a explicação de tipos afetivos precisa partir de uma adequada descrição fenomenológica dos fenômenos em questão e de suas estruturas. De outro, em alguns casos são os supostos metodológicos que podem ser pressionados com base em uma apropriada fenomenologia de certos fenômenos afetivos. Veja-se, por exemplo, as objeções a uma metodologia de estudo neurobiológico do luto que concebe as emoções como episódios breves, abstraídos da organização dinâmica, holística e temporalmente estendida da vida emocional humana (RATCLIFFE; VELASCO, 2024).

É neste ponto que a indicação de Heidegger sugere problemas adicionais para investigar. Uma adequada fenomenologia dos tipos de fenômenos afetivos não é simples. Isso resulta claro quando se considera a estrutura modal de tipos afetivos como a angústia e os sentimentos existenciais (RATCLIFFE, 2008, 2015). Entretanto, a sugestão de Heidegger aponta para um horizonte adicional, que avança para além da descrição ou interpretação de estruturas das diversas experiências afetivas. Tal horizonte abre o âmbito dos problemas ontológicos. Nesse âmbito, sugere-se o estudo de relações de dependência ontológica implicadas na estrutura modal de uma classe de fenômenos afetivos fundamentais, dos quais a angústia é um caso especial.

A terceira linha de investigação advém das implicações da noção de modo de ser para a qualificação da própria relação de dependência ontológica. Concebido como possibilidade interna, um modo de ser não abrange apenas regras constitutivas da existência<sup>T</sup> e determinação de entes, mas também as maneiras em que os entes são descobertos em comportamentos intencionais. Modos de ser implicam maneiras de estar na condição de patência (HEIDEGGER, 1983, p. 135). Um dos temas centrais na reelaboração da questão do ser na obra de Heidegger é a alegação da finitude de ser. Nesse sentido, a finitude não está apenas na negatividade pervasiva na existência humana, como na inospitalidade afinada com a angústia. A finitude qualifica intrinsecamente os próprios modos de ser.

Esse é um tema difícil que não posso reconstruir aqui. Registro simplesmente um entendimento da finitude de ser em termos da dinâmica de retração, esquecimento e ocultamento que é concomitante ao acontecer contrário do desocultamento de ser (WITHY, 2017; 2022). Isso significa que as condições de constituição e inteligibilidade dos entes, que precisam estar desveladas para operar como tais normas constitutivas, se ocultam e retraem. Com base nisso, surge a questão de elucidar como a finitude de ser qualifica formalmente as próprias relações de dependência ontológica.

Destaquei anteriormente de que forma as propriedades estruturais da dependência ontológica permitem apresentar a relação ser/ente como um

caso de fundacionalismo forte. “Ser” é o único elemento fundacional, pois apenas “ser” não está em nenhuma relação de dependência com algum fator mais básico. Essa concepção, entendida como uma restrição no âmbito de vigência do princípio de razão suficiente, pode valer como uma apresentação da finitude de ser.<sup>10</sup> O problema que tenho em vista é diferente. A finitude precisaria ser elucidada como uma propriedade estrutural das próprias relações de dependência ontológica. Adicionalmente, o pluralismo ontológico obriga a descrição das variantes dessa propriedade estrutural em diferentes modos de ser, qualificando de maneira não unívoca as relações de dependência ontológica. Caracterizar a propriedade estrutural da finitude nas relações de dependência ontológica é um desafio maior. Dado que finitude de ser é indicada como uma dinâmica histórica de retração que atinge os próprios recursos conceituais exigidos para tal caracterização, um árduo exercício nos limites da fenomenologia (RATCLIFFE, 2022, p. 223-226) precisaria ser continuamente executado em sintonia com o despertar das afinações pertinentes.

## Referências

- ANTON, Corey. Dreamless Sleep and the Whole of Human Life: An Ontological Exposition. *Human Studies*, v. 29, p. 181-202, 2006.
- BLISS, Ricki; PRIEST, Graham. Metaphysical Dependence. East and West. In: EMMANUEL, S. (ed.). *Buddhist Philosophy: A Comparative Approach*. Oxford: Blackwell, 2017, p. 63-85.
- BRELAGE, Manfred. *Studien zur Transzendentalphilosophie*. Berlin: Walter de Gruyter, 1953.
- CASATI, Filippo. *Heidegger and the Contradiction of Being*. An Analytic Interpretation of the Late Heidegger. New York and London: Routledge, 2022.
- CERBONE, David. Composition and Constitution. Heidegger’s Hammer. *Philosophical Topics*, v. 27, n. 2, p. 309-329, 1999.
- CORREIA, Fabrice. Ontological Dependence. *Philosophy Compass*, v. 3, n. 5, p. 1013-1032, 2008.
- CORREIA, Fabrice; SCHNIEDER, Benjamin (ed.). *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

---

<sup>10</sup> Não estou endossando essa interpretação – feita por Casati (2021, p. 162) –, pois, pelo menos no que tange aos princípios de não contradição e identidade, Heidegger sustentou que eles não eram suscetíveis de prova por derivação, mas admitiam um tipo de justificação baseada no *factum* da compreensão de ser e do ser-aí – ver Dahlstrom (2022, p. 244-254) Jaran (2025).

CROWELL, Steven. Sorge or Selbstbewusstsein? Heidegger and Korsgaard on the Sources of Normativity. *European Journal of Philosophy*, v. 15, n. 1, p. 1-19, 2007.

DAHLSTROM, Daniel. Heidegger's Contradictions. In: CASATI, Filippo; DAHLSTROM, Daniel. *Heidegger on Logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022, p. 240-258.

DAVIDSON, Richard. Affective Neuroscience. In: SANDER, David; SCHERER, Klaus (ed.). *Oxford Companion to Emotion and the Affective Sciences*. Oxford: Oxford University Press, 2009, p. 16.

FORD, Anton. Action and Generality. In: FORD, Anton; HORNSBY, Jennifer; STOUTLAND, Frederick (ed.). *Essays on Anscombe's "Intention"*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011, p. 76-104.

FRANCK, Didier. Being and the Living. In: CADAVA, Eduardo; CONNOR, Peter; NANCY, Jean-Luc (ed.). *Who Comes After the Subject?* New York: Routledge, 1991, p. 135-147.

GERRANS, Philip; SCHERER, Klaus. Wired for Despair. The Neurochemistry of Emotion and the Phenomenology of Depression. In: RATCLIFFE, Matthew; STEPHAN, Achim (ed.). *Depression, Emotion and the Self: Philosophical and Interdisciplinary Perspectives*. Exeter: Imprint Academic, 2014, p. 215-226.

HEIDEGGER, Martin. *Grundprobleme der Phänomenologie*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1975.

HEIDEGGER, Martin. *Logik*. Die Frage nach der Wahrheit. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1976.

HEIDEGGER, Martin. *Metaphysische Anfangsgründe der Logik*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1978.

HEIDEGGER, Martin. *Die Grundbegriffe der Metaphysik*. Welt – Endlichkeit – Einsamkeit. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1983.

HEIDEGGER, Martin. *Sein und Zeit*. Tübingen: Niemeyer, 1986.

HEIDEGGER, Martin. *Prolegomena zur Geschichte des Zeitbegriffs*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1988.

HEIDEGGER, Martin. *Der Begriff der Zeit*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 2004.

JARAN, François. Heidegger on the ontological significance of the principle of non-contradiction. *Southern Journal of Philosophy*. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/sjp.12585>. Acesso em: 10 janeiro 2025.

JONAS, Hans. Gnosis, Existentialismus und Nihilismus. In: JONAS, Hans. *Gnosis und spätantiker Geist*. Zweiter Teil. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1993, p. 359-379.

KOSLICKI, Kathrin. Varieties of ontological dependence. In: CORREIA, Fabrice; SCHNIEDER, Benjamin (ed.). *Metaphysical Grounding: Understanding the Structure of Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, p. 186-213.

MALPAS, Jeff. O problema da dependência em *Ser e Tempo*. *Natureza Humana*, v. 10, n. 2, p. 183-216, 2008.

MARTIN, Christian. Four Types of Conceptual Generality. *Graduate Faculty Philosophy Journal*, v. 36, n. 2, p. 397-423, 2015.

McDANIEL, Kris. Ways of Being. In: CHALMERS, David; MANLEY, David; WASSERMAN, Ryan (ed.). *Metametaphysics: New Essays on the Foundations of Ontology*. Oxford: Clarendon Press, 2009, p. 290-319.

McDANIEL, Kris. A Return to the Analogy of Being. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 81, n. 3, p. 688-717, 2010.

McDANIEL, Kris. Heidegger's Metaphysics of Material Beings. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 87, n. 2, p. 332-357, 2013.

McDANIEL, Kris. Heidegger and the 'There Is' of Being. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 93, n. 2, p. 306-320, 2016.

McMANUS, Denis. Ontological Pluralism and the Being and Time Project. *Journal of the History of Philosophy*, v. 51, n. 4, p. 651-673, 2013.

NATORP, Paul. Bruno Bauchs 'Immanuel Kant' und die Fortbildung des Systems des kritischen Idealismus. *Kant-Studien*, v. 22, n. 1-2, p. 426-458, 1918.

RATCLIFFE, Matthew. *Feelings of Being: Phenomenology, Psychiatry, and the Sense of Reality*. New York: Oxford University Press, 2008.

RATCLIFFE, Matthew. The Phenomenology and Neurobiology of Moods and Emotions. In: SCHMICKING, D.; GALLAGHER, S. (ed.). *Handbook of Phenomenology and Cognitive Science*. Dordrecht: Springer, 2010, p. 123-140.

RATCLIFFE, Matthew. *Experiences of Depression: A Study in Phenomenology*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

RATCLIFFE, Matthew. *Grief Worlds: A Study of Emotional Experience*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2022.

RATCLIFFE, Matthew; VELASCO, Pablo Fernandez. The nature of grief: implications for the neurobiology of emotion. *Neuroscience of Consciousness*, v. 2024, n. 1, 2024.

REIS, Róbson. Quantificação existencial e o problema da necessidade manifesta no pluralismo ontológico em *Ser e Tempo* de Martin Heidegger. *Revista Portuguesa de Filosofia*, v. 73, n. 3-4, p. 1021-1034, 2017.

REIS, Róbson. Intermediate Phenomena. In: GIUBILATO, Giovanni (ed.). *Vitality of Phenomenology. Tradition and Renewal*. Nordhausen: Verlag Traugott Bautz GmbH, 2018, p. 135-147.

REIS, Róbson. Vida na existência: a unidade dos modos de ser composicional e constitucional. *Síntese — Revista de Filosofia*, v. 48, p. 483-505, 2021.

REIS, Róbson. *Necessidade existencial*. Estudos sobre a modalidade na Fenomenologia Hermenêutica. Rio de Janeiro: Via Verita, 2023.

SCHERER, Klaus. Affective Sciences. In: SANDER, David; SCHERER, Klaus (ed.). *Oxford Companion to Emotion and the Affective Sciences*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 16-17.

TAHKO, Tuomas. Grounding and Ontological Dependence. In: TAHKO, Tuomas. *Introduction to Metametaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 93-116.

TEPLEY, Joshua. Properties of Being in Heidegger's Being and Time. *International Journal of Philosophical Studies*, v. 22, n. 3, p. 461-481, 2014.

VIAL, Francisca Vial. Modos-de-ser y el pluralismo ontológico de Heidegger. *Tópicos. Revista de Filosofía*, n. 73, p. 197-229, 2025.

WITHY, Katherine. *Heidegger on Being Uncanny*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015.

WITHY, Katherine. Concealing and Concealment in Heidegger. *European Journal of Philosophy*, v. 25, n. 4, p. 1496-1513, 2017.

WITHY, Katherine. *Heidegger on Being Self-Concealing*. Oxford: Oxford University Press, 2022.

**Róbson Ramos dos Reis:** Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994); professor titular no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria.

**Endereço:** Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Campus Universitário, Camobi, Km 09, Prédio 74, sala 2314 – Camobi  
CEP: 97119000 — Santa Maria, RS